

Qual é que é o conflito linguístico galego?¹

Valentim Rodrigues Fagim

Publicado em Agália, 58 (Verao 1999)

Motivos

O meu desejo de saltar à arena do debate filológico público é já velho. De todo o modo, o facto de estar a elaborar um livro versado única e exclusivamente no tema em questão sempre adiava a minha acção. A publicação nesta mesma revista dos *Materiais assemblearios* da FPG esteve perto de desencadear a minha reacção mas, na verdade, o nível filológico era demasiado irrelevante e panfletário. Um novo artigo sobre o tema, *Notas de Filoloxía política*, de Xabier Cordal Fustes animou-me de vez a empreender este trabalho que tendes entre as vossas mãos.

Algumas questões de suma importância

Como em todo tipo de disciplinas intelectuais, existe uma gradação entre o saber erudito e o saber popular; o mesmo acontece na Filologia. A Filologia não é uma ciência exacta, e muito em especial a sócio-linguística. Contudo, existem determinados erros onde caem tanto os eruditos como os profanos. O que quero aclarar aqui vou-o etiquetar como a essencialização das línguas.

Em realidade, quase que se pode falar de um problema filosófico. Muitas pessoas, actuando como perfeitos acólitos do sábio Aristóteles dissecionam o universo humano em línguas (e nações) esquecendo algo

primordial: as categorias, esses cortes que eles realizam, são apenas uma abstracção, não têm mais existência da que eles lhe conferem. Por outras palavras, e como também postula Cordal Fustes, afirmar que galego e português sejam ou não sejam a mesma língua é só uma opinião, realmente um desejo. Assentar que 10º graus centígrados é frio é uma opinião, ou melhor uma sensação. Sustentar que o salmão ou o musgo são variantes do rosa e o verde ou cores-em-si tornam outra vez em opiniões que emanam de diferentes culturas cromáticas.

Algo muito diferente sucede com as línguas por distanciamento. O euskera ganhou-se um lugar no Olimpo das Línguas mercê ao seu contraste com as línguas românicas que o circundavam. Neste caso assistimos a processos migratórios que põem em contacto línguas pertencentes a famílias diferentes. É o caso do latim que coloniza a Dácia dando lugar a um romano/romeno rodeado de línguas eslavas. É o caso do velho finês a respeito de eslavos e germânicos, do bretão no que diz do francês, do húngaro e também das fronteiras entre a Roménia, a Alemanha e a Eslovénia.

Porém, como todos sabemos, o galego e o português são duas variedades românicas contíguas. O facto de serem ou não uma mesma categoria não depende de factores linguísticos, formais. Com as diferenças existentes entre galego e português poderíamos criar 3 ou 4 línguas com o espanhol, alemão, italiano e francês e, contudo, apesar de englobar estas últimas territórios e demografias que multiplicam por 4 ou mais a do território galego-português, estamos, nos casos vistos, perante uma única entidade.

Que se passa então? Qual é o cientismo que nos permitirá desentranhar a identidade da língua galega? Não existe tal cousa. Unha língua é uma vontade, quer na sua génese, quer na sua identidade, quer na sua extinção. O galego é também uma opinião.

A segunda questão de suma importância que queria desvelar aqui é a verdadeira natureza do nosso conflito linguístico. Uma mais outra vez, este aparece disfarçado com roupões de conflito formal, de mero assunto gráfico ou gramatical. Derivada desta cegueira, muitas pessoas entram em árduos debates sobre a presença ou ausência de determinado grafema ou rasgo gramatical em tal ou qual século, documento ou aldeia. Derivada desta nevoeira, a gente acode a tristemente célebre: *Na minha aldeia dize-se assim* ou *em galego dizemos tal e em português qual* esquecendo, vítimas duma muito extensa visão umbilical, que toda língua têm entidades rurais e tampouco carecem de variedades internas. O conflito linguístico galego transcende o âmbito puramente formal, comum a toda língua, e entra no resvaladiço paradigma dos conflitos identitários: quem fala

a língua galega? Onde é que se fala a língua galega? O galego fala-se apenas em Espanha ou transcende o marco estatal espanhol?

O primeiro Ressurgimento

"Existiu uma vez uma língua falada por todas as classe sociais do seu domínio e escrita por quem sabia, uma exígua elite, e que acabou por entrar num poço de agrafia e diglossia do que só começou a sair timidamente séculos mais tarde". Algum pensará que estou a falar unicamente da nossa língua mas esta micro-história se pode aplicar a muitas outras línguas no mundo: provençal/occitano, guarani ou malaio por zigiguezarmos um pouco sobre o globo terráqueo.

E que acontece quando uma variedade ágrafa, sem escrita no momento presente, quer ultrapassar esse árido estádio e ser transcrita? A resposta pode-se achar satisfazendo estotra questão: que estruturas político-administrativas adopta um território colonizado quando finalmente alcança a ansiada independência? Regressa ao comunismo tribal (ou caciquismo segundo os casos) ou fotocopia a estrutura metropolitana?

Quando os primeiros escrivães galegos tomaram a decisão de grafar as falas rurais, a dúvida não ensombrou a sua escolha: só havia uma possibilidade. Escrita e tradição gráfica castelhana eram uma e a mesma cousa. **Em contextos diglóssicos, a emergência escrita duma variedade faz-se sempre numa primeira fase, ao menos eu não conheço excepções, adoptando as convenções gráficas da língua-tecto.** Isto é válido para os mais dispares contextos culturais e geopolíticos.

1) Acontece nos casos mais simples em que todo o domínio está coberto por uma mesma língua tecto: guarani ou o quíchua a respeito do espanhol, ou inúmeras línguas africanas a respeito do francês, inglês ou português.

2) Maior complexidade alcança-se quando diferentes partes do domínio estão cobertas por diferentes línguas-tecto: asturiano e mirandês a respeito de espanhol e português que provoca que hoje apresentem dois sistemas gráficos diferentes. O malaio e o indonésio empregavam até 1972 as convenções do inglês e o neerlandês respectivamente. O euskera, igualmente, empregava caracteres castelhanos em Espanha e franceses em Iparralde.

3) Também pode suceder que uma variedade goze dum estatuto multifuncional e outras, em troca, estejam diglossizadas. É o caso do romeno e o moldavo onde este empregou os caracteres cirílicos até datas recentes.

Ou também o caso do flamengo, tremendamente afrancesado até que dentro do Movimento Flamengo triunfaram as teses integracionistas -a respeito do neerlandês- frente às particularistas.

4) Por fim, pode acontecer que a variedade em questão, entesoure uma tradição literária autónoma em tempos passados o que complica ainda mais o quadro de sensibilidades e escolhas. É o caso do occitano que até o presente século não viu triunfar as teses digamos de grafia trovadoresca, triunfo que não abrangeu ao provençal cujas elites seguem a empregar a ortografia mistraliana afrancesada. Outro tanto acontece com o guarani a respeito da literatura desenvolvida nas reduções jesuíticas, código que é defendido pelos tradicionalistas. O mesmo valenciano chegou a grafar-se por alguns autores à castelhana desconectados como estavam do seu *Segle d'or* no Renascimento.

A causalidade galega descansa sobre uma simbiose dos apartados 3 e 4. Por uma parte dispomos nas nossas bagagens duma poderosa literatura medieval, e, por outra, da língua portuguesa, variedade continuadora dessa tradição medieval no entanto a nossa própria variedade ficava satelizada a respeito do castelhano. A descoberta *real* da nossa tradição, a finais do XIX, teve efeitos tanto na auto-estima como no plano formal permitindo uma incipiente regeneração da nossa gramática e o nosso léxico.

De todo o modo, cumpre-se a regra que assinaei em negrita, e a grafia adoptada é a do espanhol, o que nos separa, o que não é um casual, tanto da nossa língua medieval como do português. Aproveitarei aqui para esclarecer um aspecto que, surpreendentemente, não está muito claro: **não existe uma ortografia galega**, entendida esta como uma entidade diferente e situada num mesmo plano de igualdade que a espanhola ou a portuguesa. A pretensa ortografia galega, a do normativa oficial, a dos nossos escritores pré-franquistas é simplesmente ortografia espanhola com correcções necessárias, com descorrecções iluminadoras e com psicopatias evidentes. Apontemos apenas o mais interessante:

1) O uso do grafema ñ. Grafema este antonomasicamente espanhol, autêntico símbolo nacional de Espanha, é, sem embargo compartilhado por outras línguas com um nexos comum. As línguas são o euskara, o asturiano, o aragonês, o tagalo (Filipinas) e o quíchua. Esta é a pergunta: qual é que é o nexos de que estamos a falar?

2) O tristemente antomomásico **x** galego é a psicopatia por antonomásia da língua galega. A montra está como segue: frente a português, castelhano, catalã, francês ou mesmo inglês que distinguem entre **g, j** (e **x** caso de português e catalã), este galego primário, e o seu derivado galego oficial, enquadram-se com o

asturiano e o aragonês. Mesmo o valenciano isolacionista, que em boa parte do seu território perdeu, como o galego, a distinção fonológica entre os sons representados medievalmente por g/j e por x, segue uma prática etimológica e historicista respeitando a sua tradição escrita desde o Medievo. A psicopatia revela-se pelo facto de lhe negar ao galego a possibilidade de morar no primeiro grupo de línguas históricas e apenas no segundo de línguas românticas, isto é, aquelas nascidas no XIX carentes de tradição literária, de referentes que transcendam o oralidade mais primária e de **modelos próprios**. Empregar um único grafema **x** por medo a que os seus falantes o leiam à espanhola é todo um espelho das expectativas que se lhe reservam a nossa língua: doméstica e domesticada.

3) O **u** da sequência **gue, gui**. Assombrosamente, muitos galegos não se aperceberam deste detalhe: se o grafema **g** só se utiliza, a diferença doutras línguas, para representar o fonema velar de palavras como *gato*, o **u** não faz nenhum sentido (Por certo, os aragoneses e os bascos sim se aperceberam do detalhe e assim escrevem *gerra*). É curioso que, desde a óptica isolacionista actual, os mesmos que renunciam aos historicismos latinos e medievais adoptem sem maiores problemas os historicismos castelhanos.

Nesta primeira regeneração, contudo, conseguiu-se categorizar o galego frente ao castelhano. O galego abandonou, em parte, o seu lugar subsidiário como uma sub-variedade do espanhol, isto é, um espanhol particular da Galiza e vertebrou-se a existência de duas entidades diferentes, o que se traduziu de necessário numa procura de fontes formais próprias e dum afã de regenerar a nossa língua, deturpada por séculos de carência de modelos próprios.

A segunda regeneração inconclusa

De todo o modo, ainda resta um segundo e poderosos passo por realizar, sem dúvida mais difícil do que o primeiro na medida em que as próprias forças do galeguismo estão divididas a respeito da sua necessidade.

O facto de ficar o galego satelizado a respeito do espanhol teve várias consequências a englobar em três planos intimamente inter-relacionados:

- 1) Formal, isto é, no plano estritamente gramatical, ortográfico e lexical.
- 2) Funcional, submetendo o galego num relacionamento diglósico a respeito do espanhol.

Estes dois planos são de sobra conhecidos por cada um de nós. Fazem parte dos planos de estudo na educação obrigatória e igualmente fazem parte do discurso central dos movimentos nacionalistas e de

ressurgimento linguístico. E, sem embargo, existe um terceiro plano cuja aparição é mais marginal na medida em que é de plano rechaçado pelo *establishment* espanholista, a diferença dos anteriores que sim foram incorporados em maior ou menor medida, e ignorado por uma parte da *intelligenstzia* galeguista.

3) Identitário. A satelitização do galego recategorizou a língua galega que deixou de ser a língua da franja ocidental da Península Ibérica, as actuais Galiza e Portugal, e passou a ser simplesmente a fala da Autonomia de *Galicia* (por perder perdeu até o nome).

Disto fala-se muito menos. Em parte pelo já mencionado síndrome umbilical galego, da incapacidade de erguer a vista do próprio umbigo à procura de contextos similares dos que extrair ensinamentos úteis e dilucidadores. Xabier Cordal fala, de passada e sem aprofundar, do flamengo. Existem, com diferentes fracturas, mais contextos: moldavo, provençal/ocitano, asturiano, valenciano, alsaciano, carélio (finês), malaio, urdu (Índia muçulmana), línguas túrquicas da Ásia ex-soviética...

Na verdade, existem duas variantes de conflito identitário. Numa primeira mais brusca, nega-se a existência mesma da língua em questão percebida pela língua-tecto como uma variedade da língua-mãe (v.g. Ucrâniano a respeito do russo) e/ou afirma-se a existência de múltiplas variedades da língua coberta que impossibilitam a sua existência como língua multifuncional (v.g. O basco dos mil e um vales). Numa segunda fase mais elaborada e subtil, igualmente brusca, o que se trata é de separar a variedade coberta de raízes e ligâmens com outras variedades que desfrutam dum melhor status ou duma maior potencialidade em conjunto.

Uma vez finalizada a 2ª guerra mundial várias comunidades linguísticas ficaram seccionadas, uma variante em território soviético, a outra aquém deste. O nacionalismo russo a partir de Staline iniciou uma política destinada a aproximar às diferentes línguas que englobavam a URSS à língua russa a custa necessariamente de afastá-las tanto quanto for possível das culturas que lhe eram mais próprias. Um mecanismo muito empregue foi o de dotar duma cobertura gráfica cirílica -a ortografia russa- a todas estas línguas. Com isto conseguia-se debilitar os laços entre as línguas túrquicas como o azerbaijano, turkmeno, usbeco ou Quirguis e o turco, que empregava uma ortografia latina (como também faziam estas línguas nos anos 30 por iniciativa do próprio governo soviético). Igualmente conseguia-se diluir o carélio, variedade continuada do finês e criava-se o moldavo, até a altura uma variedade do romeno.

Na Franza, a prepotência dos adais do francês que condena à ilegalidade às restantes línguas, torna desnecessária esta política (*ainda*). De todo o modo algumas atitudes se podem apreciar no caso do alsaciano

numa preferência dum ensino na variedade local e não em alemão ou no caso do occitano que se prefere etiquetar como línguas de Oc. Se algum dia, confiemos em que este chegue, as diferentes pressões conduzem a uma legalidade das diferentes línguas do Estado francês, deveremos ficar atentos à resolução do conflito provençal/ocitano e na atitude do Estado ao respeito. Apoiarão a visão ampla da língua que recolhe o ocitanismo com a sua ortografia histórica (nh e lh entre outros grafemas) ou decretarão a legalidade do provençalismo como entidade em si e a sua ortografia afrancesada (mesmo com *ou* para o fonema /u/)? Eu orientaria as apostas por esta segunda via (ainda que o risco dá mais dividendos).

Em Espanha o paradigma vem marcado polo valenciano, autêntica língua por decreto na medida em que é no parlamento valenciano onde se elaborou a sua secessão legal do catalã. Os seus fazedores são o Partido Popular e Unió Valenciana, partido cuja única razão de existir fora do PP é o seu anti-catalanismo obsessivo. Valência é decerto um magnífico espelho para os que queiram reflectir em profundidade na realidade galega. Uma das últimas iniciativas isolacionizantes foi um decreto pelo qual um professor de língua que defenda nas aulas a unidade de valenciano e catalã pode ser *expedientado*. Outra anterior invalidada o título de licenciado em filologia catalana para leccionar nos liceus valencianos. Foi a Universidade onde, graças a sua autonomia, se puderam concentrar os esforços integracionistas apesar dos pertinentes recursos judiciais interpostos pelo Governo valenciano.

Acho que já deveria ficar clara em que consiste a segunda regeneração com que se encabeça este epígrafe. Trataria-se de recuperar o espaço vital que lhe corresponde à língua galega no contexto hispânico, por não dizer no mundo. Trataria-se de que a nossa língua não é um código de andar por casa (casa dito no sentido literal). Trataria-se de alcançar a nossa máxima expressão frente o único rival directo do galego: o castelhano.

Porém, por questões de estrutura, isolacionismos e aculturalizações navegam inelutavelmente no mesmo barco ². Em todo contexto similar ao nosso existem pessoas e instituições amantes duma causa que consideram justa e autêntica que tornam em aliados naturais dos mesmos que pretendem eliminar, fazer recuar ou no mínimo paralisar a cultura vernácula. Sucede em Valência, na Provença, em Gasconha, em Alsácia, no Vale de Aosta, em Carélia, em Moldávia...

Ainda que alguns se empenhem em visioná-lo assim o nosso conflito é mais complexo do que um debate interno de identidades como no caso norueguês ou uma briga entre medievalistas e "modernistas" como no caso grego. No Estado norueguês convivem duas normativas, a *bookmal*, que se achega ao dinamarquês, língua-tecto durante séculos e a *nynorsk* que se apoia nas áreas rurais menos dinamarquesizadas. Ambas as

duas são oficiais apesar de que o 80% dos noruegueses se adscvem ao bookmal e nesse debate escassa ingerência tem a Dinamarca uma vez que Noruega é um Estado soberano bastante maior e de similar população. No caso grego, o debate dirime-se entre o *Demótico*, a língua popular e o *Katharévousa*, sucessor do Grego clássico. Em última instância é um debate social entre a direita, *Katharévousa*, e a esquerda, *Demótico*, um debate novamente interno onde nenhuma língua externa põe em jogo os seus interesses apoiando uma ou outra sensibilidade. Além disto, na Galiza a direita é espanholista, populista e isolacionista enquanto a esquerda é galeguista e reintegracionista em diferentes medidas e com as pertinentes excepções.

Em fim, obviar que a normativa actual foi um produto sancionado pelo Partido Popular para desbancar uma outra normativa anterior, a do 80, nitidamente integracionista é olhar o realidade com orelheiras. Pretender que a regeneração do galego está praticamente findada enquanto sigam a ser os agentes do espanholismo quem nos marque os limites da nossa língua assim como as nossas filiações parece-me bastante superficial e inconsciente, além de perigoso e mesmo suicida.

Algumas atitudes que conviria revisar aginha.

Aponta Cordal Fustes que "o nivel de Bacharelato especial que reinaba (na Universidade) consideraba un problema cativo que alguém non soubese o significado de meda e tirizó". Na verdade, e muito gloriosamente, é um problema nimio. O problema é considerar isto um problema. Que um galego-falante culto não saiba que meda é uma moreia de erva seca ou de palha ou que tirizó venha a ser uma inflamação das glândulas nas pálpebras acho que é tão insubstancial como que um falante culto de espanhol desconheça essas duas realidades. O *ruralismo* é na verdade uma atitude a revisar. Que nos exames de galego na Escola Oficial de Idiomas ou na Faculdade de Filologia, as perguntas que concirnam ao léxico versem sobre as partes do carro (e isto não é uma metáfora hiperbólica) é sem dúvida um grande problema perto de entrarmos no século XXI. Em troca, existe uma despreocupação geral a respeito das formas galegas correspondentes às castelhanas, e usadas finalmente, *ordenador, pantalla, móvil, autobus, peaje, despotismo ilustrado, camping, portería de futbol, tablero de basket, paraguas, película de fotos, cajero automático, mostrador, rail de tren, menú de comidas, mesita de noche, equipaje, bujía, hornillo portatil, muy señor mío: ou agujas del reloj* ³. Não se importar com lhe conferir a estas realidades quotidianíssimas e universais uma forma galega sim que acho que é um problema muito grave até o ponto que a mais de um faz-nos duvidar se a primeira regeneração, categorizar galego e castelhano como entes diferentes, se consumou.

"*Moi poucos lectores ou lectoras portuguesas nos pagan coa mesma dedicación* (de lerem os escritores galegos com ortografia espanhola)" Todos os que estão a ler estas páginas são leitores potenciais de espanhol e muitos leriam a autores uruguaios, cubanos ou andaluzes mercê a que todos estes compartilhem as mesmas convenções. Ora bem, se acudissem a uma livraria para adquirir um livro hispano-americano e na secção correspondente encontrassem um intitulado *Maria's sons* e no seu interior lê-se o seguinte trecho: *El tiatro pariecía una sepultura en la nochi. Pa Jonhny era el moument de cayer sobre aquello pincho. Su esquá llegarian en tiempo mas algo lo arrempuhaba a ponerse on the move en solitario. -Ey, brodar donde vá?, tos ehtamo nesto, yu nou?Era Maik...* O mais provável é que este hipotético *Maria's sons* ficasse nas livrarias ad aeternum. Existe certamente uma literatura chicana mas com uma base clara nas convenções da literatura hispanófono e com uma maior ou menor concessão às particularidades chicanas mas sempre mantendo laços de comunicabilidade com o leitor standard. Outra tanto passa-se com a literatura asturiana, a priori acessível para galegos e castelhanos e, sem embargo, incapaz de transcender as suas fronteiras naturais. Por outras palavras, não lhe reclamemos aos portugueses o que nós próprios não estaríamos dispostos a realizar. Um romance em galego-castelhano (ou em chicano estrito ou em asturiano) só pode interessar, de portas para fora, a um antropólogo linguístico, raro a um amante da literatura que preferirá acudir ao amplo e rico abanico que lhe oferece a sua própria literatura no código que lhe é mais familiar e acessível.

Em linhas gerais, a colaboração entre o galeguismo e Portugal está castrada por vários factos, todos eles apontados por Cordal Fustes. Portugal é o vizinho pobre da Península e uma boa fortuna histórica foi o facto de alcançar a independência frustrando assim o projecto ideal do nacionalismo espanhol, uma Península Ibérica unida politicamente e nuclearizada em torno a Castela. Isto explica em parte a mesura das autoridades portuguesas no que respeita a Galiza. Outro factor mais determinante é o feito de serem os nossos embaixadores tanto em Portugal como no Brasil precisamente os agentes do espanholismo (ou mesmo a TVG) o que em nada ajuda a exportar para Portugal a voz do galeguismo, a significar a nossa mesma existência como uma categoria diferente de Castela/Espanha. Sem dúvida se *un partido nacionalista, por moderado que for, gañase as eleccións durante un período respectable, non tardaríamos en ser convidados como membros de pleno dereito a calquera xuntanza da lusofonía*. A questão é: aceitariam todos o convite? Quisera apontar uma última reflexão a este respeito. Angola, Moçambique e Cabo Verde fazem parte da Lusofonia a pesar de o seu número de falantes ser mínimo. Para esta categorização é decisiva a história, é certo, mas as três comunidades fornecem a língua galega de autores da talha de Pepetela, Mia Couto e Germano Almeida. Que vultos literários fornece a comunidade galega (numa escrita comum) para que a

Lusofonia a pode sentir como própria? Quando se concretizarão os apelos dalguns dos nossos escritores para actuar nesta direcção?

Por fim, uma última atitude a resenhar, aquela do vitimismo. *Se o modelo culto se sitúa en Portugal, o Estado portugués ten xuridisción sobre a lingua galega, id est, a lingua galega non debe organizarse desde as elites filolóxicas nin desde o pobo de Galicia.* Outra formulação muito estendida e preñe do mesmo mal vem a afirmar que, em caso de reintegracionismo, o galego desaparecería sumido pelo português. *Pois a formulación é diáfana:* como somos uma comunidade rural e marinheira, diminuta e humilde, encerremo-nos nas nossas fronteiras e num Medúlio ortográfico em lugar de tentar ganharmo-nos um posto, que já teríamos de saída, na comunidade lusófona à par de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique...Timor. Existem dous erros de base nesta atitude que se deveriam revisar aginha. Primeiro, a ignorância duma realidade que se chama **pluricentrismo**, isto é, a existência em muitas línguas, e em todas as principais, de vários centros de irradiação culta, de vários modelos de língua. Citaremos apenas uns poucos: [Inglês: Inglaterra, Escócia, Irlanda, Usa, África do sul, Austrália, Nova Zelândia, Índia] [Neerlandês: Holanda, Flandres] [Malaio: Indonésia, Malásia, Brunei] [Espanhol: Castela, Andaluzia, Argentina, México, Colómbia, Equador, Chile...] [Catalã: Catalunha, Valência, Ilhas Baleares] ou que melhor do que o próprio galego-português: [galego, português, brasileiro]. A mesma norma brasileira, essencialmente a mesma que a portuguesa mas diferente, pode servir de exemplo do que poderia ser uma hipotética norma galega, norma que alguns já acham na elaborada por AGAL nos 80.

O outro erro de base consiste em renunciar radicalmente a língua portuguesa como se nada tiver a ver connosco. A língua chamada portuguesa que também se pode chamar galega é a continuadora da eclosão literária trovadoresca medieval desenvolvida na franja ocidental da Península Ibérica. De não ter conseguido Portugal conservar a independência a respeito de Castela, a nossa línguas seria, infelizmente, uma língua apenas labrega e marinheira. Como sabemos, não foi assim, e se num primeiro momento, foi o Norte a zona de maior peso cultural, este foi-se deslocando com a reconquista para o sul. O mesmo aconteceu com o castelhano, desde Cantábria/Burgos para Toledo, e com o catalã, desde Catalunha para Valência. Sim senhores, os centros de expansão duma língua podem deslocar-se polo espaço. O Neerlandês viveu um processo de sul para norte, desde Flandres, passando pola Brabança até Holanda. O Romeno sempre tivo dous centros, um ao sul -Valáquia-, outro ao norte -Moldávia- e se até o XVIII o maior dinamismo correspondeu a esta última, será finalmente Valáquia com a capital, Bucareste, quem tome o relevo. Em linhas gerais, é a geo-política e a economia quem ditamina estas mudanças. Há um contradição, aparente, que

mereceria mais atenção por parte do galeguismo: porque, das três principais línguas peninsulares, só o catalã-valenciano e o galego-português têm problemas de identidade? Porque o andaluz não é uma língua para ninguém? Quem governa na Galiza e em Valência? Uma última questão: se o galego nasce definitivamente no XIX, a que vem incluir a Meendinho e companhia no Dia das Letras Galegas? De que língua estão mais perto as suas composições? Do "estrangeiro" português ou do galego oficial?

Afirmava Pieter Behaeghel, um integracionista flamengo, em 1844 que até a independência de Holanda no XVI (mentres Flandres ficava dentro do Império espanhol), a velha língua fora uma possessão comum de flamengos e holandeses e que os flamengos o que deviam fazer agora era reclamar a sua posse depois de vários séculos de negligência. A língua portuguesa –além da sua continuadora- é **essencialmente** a mesma língua que a medieval com as suas lógicas regularizações e posteriores influências como a língua do Cid é a essencialmente a mesma língua que o castelhano actual. Não é um produto *made in Lisbon*. De ser assim palavras como [lenho, espelho, vou, leite, mais, chover, formula, Rosa, isso] deveriam ser transcritas *lanhu, ixpalhu, vô, laite, maix, xover, formla, Roza, iço* e se outro tanto fizeram os brasileiros (como já faz o galego oficial), onde existe uma única língua existiriam, no mínimo três línguas (a ideia pode ser copiada por mais variantes: galego-asturiano, portunhol ou açorense, por exemplo). O problema, realmente, é que o debate e as decisões não estão em mãos dos galegos. Naqueles lugares onde a identidade da língua depende basicamente dos movimentos sociais que se importam com ela, Quebeque, Porto Rico, Vale de Aosta, Moldávia actual, Flandres, Tirol do sul...o integracionismo é o comportamento dominante. Naqueloutros onde não é assim, e Valência é o paradigma junto à Galiza, o destino da língua fica baixo a direcção dos seus verdugos.

Notas a rodapé:

1.- Este artigo foi entregue à Revista Galega de Pensamento Crítico (sic), A Trabe de Ouro, cujo Conselho de Redacção denegou a sua publicação. É por isto que lho dedico a todos os microcensores liliputenses havidos e por haver com o desejo de a sua acção ficar historiada e documentada.

2.- Esta revista é um fiel reflexo disto que estou a referir. Situada a priori, fora dos circuitos oficialistas e clientelistas da Xunta, resulta aberrante que, por meio da censora obriga de empregar o galego oficial -no máximo também o português mas para eles o português é apenas uma língua estrangeira- se desperdice e prescindia das colaborações de muitos **galegos críticos** que destilam outras sensibilidades normativas, quer os mínimos quer os máximos. Por todo isto, um subtítulo como o que aparece na capa *Publicación galega de pensamento crítico*, resulta, no mínimo, trágico-cómica.

3.- A solução ao enigma é o seguinte: computador, ecrã ou tela, telemóvel, autocarro, portagem, despotismo esclarecido, parque de campismo (lugar) e campismo (acção), baliza, tabela ou tabuleiro, guarda-chuva, filme, caixa, balcão, carril ou linha, ementa, mesa-de-cabeceira, bagagem, vela, fogareiro portátil, Amigo e senhor, ponteiros do relógio.